

Comunidades Quilombolas Tradicionais e Educação

Traditional Quilombola Communities and Education

Comunidades tradicionais quilombolas y educación

Entrevista: Marta Quintiliano

Entrevistadora: Dra Andréia Rosalina Silva¹
Universidade de São Paulo



Doutoranda em Antropologia Social na linha de pesquisa Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal de Goiás - UFG; Liderança quilombola, oriunda do Quilombo Vó Rita - Goiás. Membro do Coletivo de União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas (UFG), Coletiva Guiné, Coletiva de Mulheres Indígenas e Quilombolas. Mestre em Antropologia Social pela UFG. Possui Bacharelado em Relações Públicas pela Faculdade de Informação e Comunicação e é graduada em Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas pela Faculdade de Ciências Sociais (FCS) ambos pela UFG.
E-mail: carpemubuntu@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2191265957886618>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0086-6667>.

Resumo: Marta Quintiliano – Líder da Comunidade Quilombola Vó Rita em Trindade – Goiás. Antropóloga. Doutoranda e mestre em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de Pesquisa Etnopolítica, Resistências e Transformações Epistemológicas” discente do curso ciências sociais – habilitação em Políticas Públicas (UFG) e Ciências Sociais e Interdisciplinar em Educação Escolar Quilombola: Ciências Humanas (PUC). Faz parte dos coletivos: Guiné - Coletivo de Mulheres Indígenas e Quilombolas, da União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas.

Palavras-chave: Educação Quilombola; Educação Intercultural; Políticas Públicas; Educação Escolar Quilombola.

Abstract: Marta Quintiliano – Leader of the Vó Rita Quilombola Community in Trindade – Goiás. Anthropologist. PhD student and master in Social Anthropology, at the Federal University of Goiás (UFG), in the line of Ethnopolitical Research, Resistance and Epistemological Transformations” student of the social sciences course – qualification in Public Policies (UFG) and Social and Interdisciplinary Sciences in Quilombola School

¹ Pós-doutora. IPUSP, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: andreiarosalina12@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1164513999097820>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1708-8961>.

Education: Human Sciences (PUC). She is part of the collectives: Guinea - Collective of Indigenous and Quilombola Women, of the Union of Indigenous and Quilombola Students.

Keywords: Quilombola Education; Intercultural Education; Public Policies; Quilombola School Education.

Resumen: Marta Quintiliano – Líder de la Comunidad Vó Rita Quilombola en Trindade – Goiás. Estudiante de doctorado y maestría en Antropología Social, en la Universidad Federal de Goiás (UFG), en la línea de Investigaciones Etnopolíticas, Resistencias y Transformaciones Epistemológicas”, estudiante del curso de ciencias sociales – habilitación en Políticas Públicas (UFG) y Ciencias Sociales e Interdisciplinarias en Educación Escolar Quilombola: Ciencias Humanas (PUC). Forma parte de los colectivos: Guinea - Colectivo de Mujeres Indígenas y Quilombolas, de la Unión de Estudiantes Indígenas y Quilombolas.

Palabras clave: Educación Quilombola; Educación Intercultural; Políticas Públicas; Educación Escolar Quilombola.

Recebido em: 22 de outubro de 2024

Aceito em: 27 de novembro de 2024

Entrevista

1. Experiência e o envolvimento com a Educação nas comunidades quilombolas

Marta: Como liderança no meu território, tenho buscado muitos direitos que ainda não tivemos, entre eles eu acompanho os desafios e dificuldades em relação política educacional para as comunidades quilombolas no meu estado e no Brasil como um todo.

2. Como você descreveria o contexto educacional nas comunidades quilombolas na sua região?

Marta: Eu sou do estado de Goiás, de uma comunidade que fica em Trindade. É próxima de Goiânia. É uma comunidade que eles classificam como urbana, mas fica na parte periférica, no entanto anos atrás era zona rural e a cidade que veio chegando. Nós estamos divididos em três territórios e um dos territórios tem uma escola quilombola reconhecida como quilombola pelo MEC.

Porém no município há uma disputa, a diretora da escola não é quilombola. Ela é evangélica e ela vem discutindo e motivando os pais a serem contra a troca do nome da escola, porque ela diz remete e que vai virar terreiro. Tem toda essa discussão, então é um problema sério, mesmo tendo uma escola dentro do território, esse desrespeito. Num desses territórios tem essa problemática que é essa interpretação de que uma escola quilombola vai se tornar uma escola de religião de matriz africana – “de macumba”.

Na verdade, o que eu entendo é que ela tem medo de perder o lugar de diretora da escola, por ser uma escola quilombola reconhecida. Além de tudo, que se orienta que tenha uma coordenadora quilombola. Eu acho que isso é uma disputa mesmo de poder. Então ela usa o cargo e esta questão, aproveitando que alguns alunos quilombolas que são evangélicos. Ela usa esse discurso. Bom, na outra parte da família, do território, que compõe a comunidade não tem escola.

As escolas são longe e não tem previsão de construção de novas escolas. O que é uma luta que temos feito a um bom tempo pedindo que tenha uma escola no território para ficar mais fácil

para a alfabetização até dos adultos. Noventa por cento dos adultos do território não são alfabetizados. Mal sabem escrever o nome e os adolescentes também seguem a mesma linha. Acabam saindo da escola para trabalhar e muitas vezes não terminam ou concluem nem a primeira fase do ensino básico. Então tendo uma escola dentro do território se tornaria algo mais tranquilo no sentido de que vamos estar afirmando a nossa identidade, os nossos conhecimentos, dentro da escola.

A escola é o espaço para a gente falar das nossas especificidades, ancestralidades. E a gente percebe que pelo menos nas escolas aqui mais próximas e nos quilombolas, que eu conheço, a gente não tem essencialmente um conteúdo quilombola. Não temos. Temos tentativas. Nos Kalungas, por exemplo, nós sabemos que existe uma tentativa, mas lá também não é totalmente efetiva. Talvez no Quilombo Jardim Cascata, estejam mais perto que venha ser uma escola quilombola, com currículos e valorização dos nossos saberes tradicionais.

3. Quando você fala em escola quilombola quais os parâmetros que você usa para definir que uma escola não é quilombola por exemplo?

Marta: A escola quilombola é uma escola que está dentro do território. Primeira coisa. E que tem conteúdos voltados para a identidade negra quilombolas dos moradores que residem no território. E que esses conteúdos sejam conteúdos afrocentrados, respeitando também a tradição quilombola, os conhecimentos que resistem ao tempo, reforçam a nossa ancestralidade e o repasse dos conhecimentos como por exemplo, as festas populares, benzimentos, culinária, a resistência dos que vieram antes, entre tantos outros conhecimentos. E se existe uma festa é preciso respeitar essa tradição das pessoas dentro do território. Informar para as crianças... reforçando a nossa identidade, porque tem muitos lugares que algumas tradições as pessoas não fazem mais. Então a escola para mim seria um lugar de discutir sobre isso e dos mais velhos poderem falar e ser reconhecidos. A partir desse trabalho podemos voltar a fazer essas práticas que deixamos de realizar. Então, a escola ela é muito importante. Ter professores quilombolas, e incentivar a comunidade para reconhecer a sua trajetória histórica-territorial e política.

4. Quais são os principais desafios enfrentados pelas escolas quilombolas em termos de acesso, qualidade e relevância do ensino?

Marta: O nosso maior desafio, ultimamente, é dizer não. É que temos outras formas de ser enquanto quilombola. É por exemplo, contradizer, a gestão pública, que normalmente é composta por pessoas brancas que produzem discursos que nós negros de que somos todos iguais. Vale destacar que somos negros quilombolas oriundos de comunidades que estamos espalhados, em zona rural e urbana periférica, em 24 estados brasileiros, cada qual com as suas especificidades. Tem comunidades que são mais próximas da zona urbana, mas são rurais. Tem comunidades dentro da cidade porque a cidade de fato chegou até seus territórios. Então os desafios também... são muitos e complexos. Nós, já estamos aqui no Brasil, e em específico em Trindade há muitos anos e a gente ainda tem que ficar brigando com o poder público. A nossa briga agora maior é para ter a mudança do nome da escola e temos o problema da coordenadora que não quer esta mudança para um nome que faça sentido para nós. Então estamos nessa disputa, que envolve o Ministério Público. Fizemos uma denúncia e estamos esperando a resposta, além da construção de uma nova escola quilombola, entre tantas demandas que vão aparecendo a partir do momento que a urbanização junto com o capitalismo vai adentrando em nossos modos de vida e costumes.

5. Como tem sido incorporada as práticas quilombolas no currículo?

Marta: Não tem. Por aqui não está sendo incorporada no currículo porque não temos a permissão nem de entrar na escola. Se os mais velhos não podem entrar na escola, as pessoas que não detêm o conhecimento formal, por não ter formação acadêmica, acabam ficando de fora. Mas, sabemos que temos o direito de ministrar aulas a partir dos nossos conhecimentos. E se dentro da escola não podemos compor, então ele não está sendo feito, não é. Porque uma escola quilombola pressupõe que estes conhecimentos tradicionais estejam lá também. Que os mais velhos/as e outras pessoas que produzem conhecimento, educando, e trazem os conteúdos quilombola também. De acordo com as Diretrizes deveriam cumprir a Lei 10.639 com histórias e nossa cultura, mas isso não acontece, apenas no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Isso acontece até nas escolas que são quilombolas porque elas são geridas por pessoas que não são quilombolas e que não reconhecem também a comunidade quilombola como promotora de saberes.

6. Você conhece ou sabe se existe formações específicas para professores para atuar na educação escolar quilombola?

Marta: Sei que tem. Tem uma formação que eu até fiz o processo seletivo, que é específica para a educação quilombola. E tem também o Coletivo de Educação Quilombola pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

7. Como a gestão é organizada? Quais os papéis da liderança e dos gestores nesse processo?

Marta: Bom, o nosso papel era de ter um diálogo com a escola, mas nós não conseguimos. A gente estava até discutindo sobre quem chegou primeiro no território e como foi o processo. Uma das primeiras foi a Luzia - Luzia de Fátima Basílio, mais conhecida como preta, ela juntamente com outras mulheres demarcou os espaços da seguinte forma: Aqui vai ser a igreja católica. Aqui vai ser a igreja evangélica. Aqui o posto de saúde. Aqui vai ser a escola. Mas infelizmente, hoje em dia a gente não entra na escola. Então assim, hoje não tem diálogo. A gente tinha diálogo quando era outra diretora. Com a atual, não há diálogo. Não temos entrada na escola. Como eu te falei nós entramos com um processo no Ministério Público juntamente com a Defensoria pública para poder ter acesso e cobrar os nossos direitos de entrar na escola. Ai as crianças quilombolas, algumas delas não querem mais afirmar a sua identidade, porque de uma certa forma acabam ficando com vergonha e ainda são expostos pelos colegas.

8. Quais são os principais obstáculos enfrentados na promoção de uma educação de qualidade nas comunidades quilombolas?

Marta: Eu acho que os desafios são muitos. Se a gente for pensar para além de Trindade. Os desafios são estruturais porque muitas das escolas não têm estrutura. Estrutura de fato para as salas de aula... cadeiras, salas de aulas, material pedagógico, lanches. Eu estava conversando esses dias com o pessoal da gestão do Estado e eles falaram que estão reformando todas as escolas que estão no território quilombola. E acrescentaram que estão pensando e propondo ações para essas comunidades. E citaram uma cartilha “Goiás sem racismo” que na realidade é uma cartilha que não contempla a questão de forma efetiva porque foi não construída a partir de um diálogo com as comunidades. Eles imaginam coisas e colocam na cartilha que não é

amplamente discutida. Então eu falei: Precisam discutir com a comunidade para saber o que entra e o que contemplar nela. Tem coisas que até são coisas preconceituosas e eles colocam na cartilha. Na pesquisa agora do IBGE (2022)² que eu estava lendo, nós somos o terceiro estado com nível de analfabetismo altíssimo. Então isso explica muita coisa. Não há investido na educação. **Uma educação específica, diferenciada. Uma educação de direito**, que na verdade não tem. Muitas vezes a gente acaba não cobrando porque de fato tem gente que nem sabe disso. E quando você sabe, é você vai cobrar e eles falam: - Não, nós vamos fazer. Certa vez fomos cobrar e eles falaram: - Nós estamos fazendo escolas. Reformando escolas. Mas nós sabemos que tem comunidade que não tem salas de aula, e os alunos, assim não conseguem chegar pela dificuldade. No nosso território as mães trabalham o dia todo. Então como é que uma criança vai sozinha 40, 50 minutos, para a escola? Não tem como. Não tem jeito. Então a criança acaba evadindo mesmo.

8.1. Você estudou na ou fora da comunidade?

Marta: Eu estudei fora. No nosso território familiar não tinha escola e até hoje não tem. Uma das minhas reivindicações é que a gente consiga construir uma escola no formato que deve ser uma escola quilombola e que seja dialogada com a comunidade para que os nossos conhecimentos estejam incluídos tanto na estética como no plano curricular. Se temos comunidade no município em três territórios diferentes, e apenas um tem escola reconhecida, infelizmente o currículo, com matérias específicas valorizando a cultura, não é ministrado, temos que denunciar para que o direito seja garantido e efetivado.

As pessoas tem uma visão assim de que se for uma escola quilombola as outras pessoas não vão poder estudar, mas podem estudar sim. A escola é para todo mundo, apenas está dentro do território. Mas outras pessoas podem sim estudar. Só que eles pensam: Se que é uma escola só para negros, então ninguém mais vai poder entrar lá. O povo pensa assim.

9. A escola que tem nesse território que você mencionou, ela cobre que período?

Marta: As aulas são ministradas nos turnos matutino e vespertino. Sete anos até o fundamental. A comunidade reivindica que o Ensino Médio seja no território para que as crianças fiquem perto de casa, e não tenham que ir para o centro da cidade, pois a maioria dos pais acham perigoso as crianças terem que atravessar a BR, andar longas distancias ou pegar ônibus sozinhas. Eles acabam ficando muito preocupados e muitos deles não querem deixar a criança ir. Então estamos brigando para que tenha a continuidade, o Ensino Médio.

10. Como você vê o papel das políticas públicas e da sociedade civil na melhoria da Educação Escolar Quilombola?

Marta: Eu acho que elas seriam melhores se tivesse pessoas da sociedade civil de fato interessadas em lutar. Porém, devemos lembrar que a maioria das pessoas da comunidade é trabalhadora, que saem cedo das suas casas para ir trabalhar e chegam tarde, e muitas vezes com dupla jornada e não tem tempo para mais demandas. E no caso da nossa comunidade a

² IBGE - Censo 2022, no recorte Quilombolas: Alfabetização, características dos domicílios e localidades quilombolas... : a taxa de analfabetismo entre quilombolas a partir de 15 anos é 2,7 vezes maior que entre a população total residente no Brasil... De acordo com o IBGE, 19% da população quilombola é analfabeta — são 192.715 pessoas do grupo sem saber ler ou escrever. Recuperado em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/07/19/taxa-de-analfabetismo-entre-quilombolas-censo-2022-ibge.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 setembro de 2024.

maioria trabalham fora do território e chegam muito tarde, acabando não participando ativamente das discussões.

Em relação as políticas públicas educacionais elas existem. Sabemos que elas existem, mas não chegam nos territórios. Não chegam. E em territórios em que as comunidades quilombolas estão distantes das discussões muitos não sabem das políticas públicas educacionais. Mais existem alguns casos que a gente fica sabendo que a escola utiliza os benefícios da política pública voltada para a educação escolar quilombola, como por exemplo: a verba que vem a mais cerca de 30% para a realização de uma alimentação diferenciada, porém não é informa para a comunidade local, embora façam publicidade que a gestão local está investindo, quando na verdade é uma política federal.

Dependendo do lugar e das informações tem comunidade que não sabe dos seus direitos. Eu insisto nos seguintes questionamentos: Se é direito dos quilombolas ter educação diferenciada porque que não se investe? Por que não informam? A gente aqui fica sabendo por que eu tenho acesso à universidade e converso com outros colegas sobre políticas de permanência dentro das Universidades Federais. Agora mesmo acabamos por saber que também tem políticas na primeira infância. No entanto, essas informações não chegam nos territórios. Elas não chegam. É muito difícil você ficar sabendo de alguma coisa ainda mais em comunidades que estão longe dos grandes centros.

No meu estado tem grupos com os coordenadores das comunidades, mas os grupos geralmente são para divulgar coisas do estado. Ou então falar: Ah tem uma educação aqui de jovens e adultos. Formem uma turma aí e façam. Como assim formar uma turma? O nosso território é dividido em três lugares diferentes, num dos quais a minha família reside. E nós não temos escola no território, aliás nenhuma política pública chega até aqui. E quando chega está bem defasada. As aulas que o estado propõe vão ocorrer onde? Debaixo das árvores? E a noite? Não tem jeito. A gente precisa de um espaço adequado não vamos fazer da forma desestruturada. Eles acham que tem que ser, pedem fotos para divulgar no site deles e dizer que estão proporcionando uma educação diferenciada. Então, por enquanto eu informei a eles que nós não aceitamos esse tipo de coisa...da forma como eles querem impor a educação quilombola. Preferimos que construam um espaço adequado para que as pessoas, tanto as crianças, como os jovens ou adultos possam estudar com dignidade.

11. E quais são suas expectativas e aspirações para o futuro da Educação Quilombola no Brasil?

Marta: Eu espero que ela de fato aconteça. Mas, para que isto aconteça eu acho que toda sociedade tem que “virar a chave”. Porque quando se fala nas demandas quilombolas percebemos uma morosidade, falas racistas e a negação da existência do quilombo em áreas urbanas-periféricas. Então assim, falando especificamente daqui de Trindade, eu gostaria que a gente pudesse ter uma escola que funcionasse de fato e que tivéssemos professores preocupados com a educação na comunidade. Com a Educação Escolar Quilombola, com os nossos conhecimentos, porque o tempo todo somos questionados. Vocês são quilombolas mesmo? Usam essa estratégia para não garantir os nossos direitos. Então, como afirmar a identidade se mesmo assim negam os nossos direitos de nos afirmar dentro da sala de aula a partir dos conteúdos curriculares. A partir das interações com os/as mais velhos/as da comunidade. Os gestores locais não nos dão o direito de SER quem somos na escola. A criança, quando desde pequena, ela vem escutando sobre o seu povo, suas histórias, ela vai crescer defendendo o seu território. Mas quando a gente chega na escola e nos ensinam apenas as histórias eurocêntricas que dizem que os quilombolas são inferiores intelectualmente. As crianças começam também a negar a sua identidade, por mais que a gente faça um trabalho de afirmação dentro da comunidade, ao chegar numa escola que não reforça a identidade quilombola de forma positiva, visto que uma criança passa mais tempo na escola do que na

família. A minha expectativa é que eles possam de fato construir políticas efetivas que produzam resultados positivos, que vá de encontro com a realidade de cada lugar, porque a nossa realidade aqui é uma e a realidade de outros lugares são outras. Temos diferentes realidades. As comunidades quilombolas precisam ser ouvidas e não somos. Sempre vem de cima para baixo. Quando eu leio as diretrizes e fico pensando quanta coisa poderia ter aqui para contribuir com a história das comunidades no município, e como resistimos nesse território, sinto que ainda faltam muitas ações a serem feitas.

E não tem por que não foi discutido ou se foi, foi apenas com algumas pessoas, que não é suficiente para se pensar né. Igual eu falei estamos em vários estados. Em praticamente em todo território brasileiro. E cada território tem a sua especificidade. Não dá para fazer em um e achar que dá certo para todo mundo.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.
- BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Outubro de 2009.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Rev. Bras. Educ.* 22 (69), apr-jun, 2017. Recuperado em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/#>. Acesso em 14 out 2024.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Recuperado em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/07/19/taxa-de-analfabetismo-entre-quilombolas-censo-2022-ibge.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 out 2024.
- MCLAREN, Peter. Multiculturalismo revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- MOURA, GLORIA. O direito a diferença. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). Superando o Racismo na Escola. 2ª Ed. rev. Brasília: SECAD, 2005.
- NETO, Clemilda Santiago; SOARES, Edimara. Do Quilombo à Escola: ancestralidade e práticas pedagógicas. Recuperado em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre_2015/anexo_do_quilombo_copene_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em 14 out 2024.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.